



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

104

**1ª Câmara de Direito Público**

**Apelação nº. 0332850-3 (NPU nº. 0031454-64.2011.8.17.0001)**

**Apelante:** Marlete Ferreira Moraes

**Apelado:** Estado de Pernambuco e outro

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**EMENTA: APELAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. MILITAR FALECIDO. INVALIDEZ ATESTADA QUANDO A FILHA JÁ POSSUÍA MAIS DE 21 ANOS. ART. 27, II, “b” DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº. 28/2000. APELO DESPROVIDO.**

1. Na data da morte do militar, a qual se deu em novembro de 2003, já estava em vigor a Lei Complementar nº. 28/2000, aplicável, portanto, ao caso.
2. O art. 27, inciso II, alínea “b” da LC 28/2000 determina que é beneficiário da pensão por morte o filho de qualquer idade que for definitivamente ou estiver temporariamente inválido, tendo a invalidez se caracterizado antes do falecimento do segurado e havendo a invalidez sido determinada por eventos ocorridos antes de ter o inválido atingido o limite de idade de 21 anos.
3. Considerando que a autora nasceu na data de 10 de novembro de 1955 e que, portanto, à data da superveniência de sua invalidez, qual seja, 26/08/1998, a demandante já contava com 43 anos de idade completos, depreende-se indiscutivelmente que ele já não era mais dependente de seu genitor e que, desta forma, incidira na excludente prevista na própria alínea “b”, do inciso II, do art. 27 da Lei complementar 28/2000.
4. Apelação desprovida. Manutenção da sentença.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº. 0332850-3, sendo partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, negar provimento ao Recurso, prejudicado o apelo, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de maio de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

**1ª Câmara de Direito Público**

**Apelação nº. 0332850-3 (NPU nº. 0031454-64.2011.8.17.0001)**

**Apelante:** Marlete Ferreira Moraes

**Apelado:** Estado de Pernambuco e outro

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação proposta por Marlete Ferreira Moraes contra Sentença proferida nos autos da Ação Ordinária nº. 0031454-64.2011.8.17.0001, que julgou improcedente o pedido por ela formulado na inicial.

A autora ingressou em Juízo com ação ordinária com o fito de receber a pensão por morte deixada pelo seu pai, o policial militar Manoel Ferreira de Moraes, falecido em 03 de novembro de 2003, por ser deficiente física.

O Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital proferiu sentença, às fls. 55/56-v, julgando improcedente o pedido formulado na peça arial.

Inconformada, a demandante interpôs o presente recurso de Apelação (fls. 59/71), alegando que para que seja concedida a pensão por morte, é necessário que se comprove que a invalidez deu-se antes do óbito do seu genitor, o que ocorreu no caso, visto que ela tornou-se inválida em 1998 e seu pai faleceu no ano de 2003.

O Estado de Pernambuco e a FUNAPE apresentaram contrarrazões, às fls. 74/81, alegando, como preliminar, a ilegitimidade passiva ad causam do Estado de Pernambuco. No mérito, defendem a ausência de provas que comprovem a invalidez da autora.

A Doute Procuradoria de Justiça Cível emitiu parecer pelo improvimento do apelo (fls. 93/95).

É o relatório.

Ao revisor.

Recife, 05 de maio de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

105  
d

**1ª Câmara de Direito Público**

**Apelação nº. 0332850-3 (NPU nº. 0031454-64.2011.8.17.0001)**

**Apelante:** Marlete Ferreira Moraes

**Apelado:** Estado de Pernambuco e outro

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO**

Após detida análise das razões recursais deduzidas por Marlete Ferreira Moraes, concluo que suas alegações carecem de plausibilidade.

A apelante sustenta seu pleito na regra inserta no art. 27, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar estadual nº 28, de 14 de janeiro de 2000, o qual dispõe que serão dependentes dos segurados os filhos de qualquer idade que forem definitivamente ou estiverem temporariamente inválidos.

Em que pese a recorrente, em meu entendimento, ter provado sua invalidez permanente decorrente de espondilopatia severa, conforme laudo emitido pelo INSS (fl. 13), acabou, através do mesmo documento, por provar, em verdade, não fazer jus ao benefício de pensão por morte deixada por seu genitor. Explico. É que o mesmo dispositivo legal apontado como nascedouro de seu direito, prevê sua exclusão nos seguintes e exatos termos:

*Lei complementar nº 28/2000 (Cria o Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco)*

*(...)*

*Art. 27. Serão dependentes dos segurados:*

*I – o cônjuge ou o companheiro na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável;*

*II – os filhos, desde que:*

*a) menores de 21 (vinte e um) anos: solteiros, não emancipados, e que não exerçam atividade remunerada;*

*b) de qualquer idade: o forem definitivamente ou estiverem temporariamente inválidos, tendo a invalidez se caracterizado antes do falecimento do segurado e*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

106  
SL

*havendo a invalidez sido determinada por eventos ocorridos antes de ter o inválido atingido o limite de idade referido na alínea anterior, atendidas as demais condições estabelecidas naquela alínea.(destaquei)*

Sendo assim, considerando que o documento de fl. 14 atesta ter a apelante nascido na data de 10 de novembro de 1955 e que, portanto, à data da superveniência de sua invalidez, qual seja, 26/08/1998 (laudo de fl. 13), a demandante já contava com 43 anos de idade completos, depreende-se indiscutivelmente que ele já não era mais dependente de seu genitor e que, desta forma, incidira na excludente prevista na própria alínea "b", do inciso II, do art. 27 da Lei complementar 28/2000.

Assim, não merece qualquer reforma a sentença hostilizada, pois proferida em consonância com a legislação sobre a matéria.

Feitas estas considerações, **voto pelo conhecimento e desprovemento da Apelação**, para manter a sentença monocrática em todos os seus termos.

Recife, 27 de maio de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL nº 0332850-3

Juízo de origem: 6ª Vara da Fazenda Pública

Juíz Prolator: Dr. Marcone José Fraga do Nascimento

APELANTE: MARLETE FERREIRA MORAES

Advogada: Drª. Jeyse Marília Lindoso

APELADOS: ESTADO DE PERNAMBUCO E FUNDAÇÃO DE  
APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO - FUNAPE

Procuradora: Drª. Maria Raquel Santos pires

MP-PE: Dr. Valdir Barbosa Junior

RELATOR: DES. ERIK DE SOUZA DANTAS SIMÕES

REVISOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

**VOTO DE REVISÃO**

Cuida-se de apelação cível interposta por Marlete Ferreira Moraes em face da sentença proferida pelo juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública, que julgou improcedente a Ação previdenciária de Natureza Pecuniária - Pensão por Morte.

Ao apreciar a demanda o juízo de piso entendeu pelo não enquadramento da apelante como dependente do *de cujus*, conforme a redação do art. 27, II, "c" da lei Complementar Estadual nº. 28/2000. O MM Julgador de primeiro grau concluiu que, tendo a apelante comprovado sua condição de invalidez desde 1998, ocasião em que contava com mais de quarenta anos de idade, não era esta dependente econômica do genitor.

Inconformada com a sentença proferida, a recorrente interpôs o recurso de apelação, aduzindo que demonstrou nos autos sempre haver sido dependente financeira de seu genitor. Ao final, requer a reforma da sentença impugnada para o fim de julgar totalmente procedente a Ação Previdenciária.

Em sede de contrarrazões, o apelado pugna pelo improvimento do apelo, aduzindo, resumidamente, que: a) O segurado em questão não deixou dependente habilitado na condição de pensionista da FUNAPE; b) o exame médico realizado pelo Departamento de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho concluiu que a apelante não se enquadra na legislação como beneficiária; c) não restou demonstrada a dependência econômica e financeira da apelante em relação ao *de cujus*.

Instado a se manifestar, o Ministério Público emitiu parecer às fls. 93/95, opinando pelo improvimento do apelo..

103  
91

Tomando por empréstimo os argumentos apresentados pelo Eminente Relator, voto nos seguintes termos:

**No Mérito:**

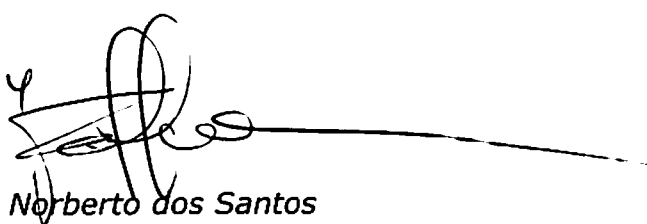
( ) Dar provimento ao recurso de apelação, reformando a sentença para o fim de julgar procedente a Ação Previdenciária promovida pela apelante.

( ) Não conhecer o Recurso de Apelação.

( **X** ) Negar provimento à Apelação.

É como voto.

Recife, 26/MAI/2014



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Revisor